

EDUCAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO EM MEIO À TORMENTA POLÍTICO-ECONÔMICA DO BRASIL

EDUCACIÓN Y MERCANTILIZACIÓN EN MEDIO DE LA TORMENTA POLÍTICO Y ECONÓMICO DE BRASIL

EDUCATION AND MERCANTILIZATION IN THE MIDST OF THE POLITICAL- ECONOMIC STORM OF BRAZIL

Roberto LEHER¹

Paolo VITTORIA²

Vânia MOTTA³

Resumo: O artigo apresenta, de um modo esquemático, o contexto da conjuntura no qual ocorrem as novas orientações para a educação. Indica, na primeira seção, o que os autores consideram as principais nervuras da crise que levou a debacle do governo do PT, que envolve a restauração do padrão de acumulação semelhante ao da ditadura empresarial-militar. A seguir, discute as principais alterações nas políticas para a educação básica e superior no contexto da ofensiva neoconservadora que encaminha um processo de intensificação da mercantilização da educação em meio às crises políticas e econômicas.

Palavras-chave: conjuntura político partidária; neoconservadorismo; políticas públicas da educação brasileira; mercantilização da educação.

Abstract: The article presents, in a schematic way, the context of the conjuncture in which the new orientations for the education take place. It indicates, in the first section, what the authors consider the main streaks of the crisis that led to the debacle of the PT government, which involves restoring the pattern of accumulation similar to that of the military-business dictatorship. Next, it discusses the main alternations in policies for basic and higher education in the context of the neoconservative offensive that leads to a process of intensification of the commodification of education amid political and economic crises.

Keywords: partisan political conjuncture; Neoconservatism; Public policies of Brazilian education; Commodification of education.

Resumen: El artículo presenta, de forma esquemática, el contexto cíclico en el que hay nuevas directrices para la educación. Indica, en la primera sección, que los autores consideran las venas principales de la crisis que llevó a la debacle del gobierno del PT, que implica la restauración del patrón de acumulación similar a la dictadura corporativa-militar. A continuación se analizan las principales alteraciones en las políticas para la educación básica y superior en el contexto de la ofensiva neoconservadora reenvía una intensificación del proceso de mercantilización de educación en medio de las crisis políticas y económicas.

Palabras clave: ambiente político partidario; neoconservadorismo; las políticas públicas de educación brasileña; mercantilización de la educación.

Introdução

As profundas e radicais transformações na educação pública brasileira são indissociáveis da nova conjuntura política e econômica advindas do *impeachment* de Dilma Rousseff e da instauração do novo

governo que incorpora, no bloco no poder, a coalização de forças políticas derrotadas no processo eleitoral para a presidência da república de 2014. As medidas econômicas neoliberais encaminhadas pela Dilma para manter o apoio do bloco de poder ao seu governo não foram plenamente efetivadas por falta de apoio político, mas a agenda e a profundidade dos cortes assumiram novos contornos e dimensões com o governo Temer.

O artigo apresenta, de um modo esquemático, o contexto da conjuntura no qual ocorrem as novas orientações para a educação. Na primeira seção, apresenta as principais nervuras da crise que levou a debacle do governo do PT. A seguir, discute as principais alterações nas políticas para a educação básica e superior.

I

Mais do que conservadora, uma restauração do padrão de acumulação semelhante ao da ditadura empresarial-militar

Uma combinação de variáveis, sumarizadas aqui em quatro eixos, está provocando uma forte tempestade política no Brasil e em grande parte da América Latina.

1. O fator objetivo do aprofundamento da crise capitalista evidenciada nos EUA, em 2008, afetou os fundamentos econômicos do chamado neodesenvolvimentismo que sustentou parte dos governos “progres”: Brasil, Argentina, Venezuela, sobretudo. Neste contexto de crise, houve um forte redimensionamento da economia chinesa, combinando redução relativa da expansão do consumo de matérias primas e maior autonomia em relação a diversos recursos naturais. Estes fatos concorreram para a queda do preço das *commodities* a partir de 2010.
 - a. Com o principal pilar da economia quebrado, a arrecadação de tributos dos referidos governos foi severamente afetada. O capital exigiu um forte ajuste fiscal, leia-se, uma voraz apropriação do fundo público, para proteger o pagamento do serviço da dívida, bem como para arrancar os débeis direitos sociais do povo.
 - b. No Brasil, após relutância de vários setores econômicos, a partir do final de 2015, as correntes que defendiam a mudança de governo assumiram crescente hegemonia na sociedade brasileira e, sobretudo, entre frações burguesas e, com o apoio dos grandes meios de comunicação, difundiram uma imagem da crise hostil ao governo Dilma. As bases objetivas para a mudança de governo estavam dadas.
2. O neodesenvolvimentismo foi impulsionado e sustentado pelas *commodities*: “as exportações de produtos básicos (*commodities*) tiveram crescimento excepcional de 875% em 2011(ALMEIDA, 2012, p. 52). No período, as cadeias produtivas sofreram simplificação, com acentuada redução do peso do setor industrial no PIB e crescimento do setor terciário (comércio e serviço). Diferente dos países centrais, a fase ascendente das *commodities* ocorre nos países de capitalismo dependente sem um setor de serviços intensivo em conhecimentos científicos, tecnológicos,

- artísticos. No entanto, oportunizou um curto período de implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da renda e de trabalho para os trabalhadores situados na base da pirâmide, até o aprofundamento da crise.
3. As insatisfações com o desemprego foram crescentes especialmente na indústria que somente entre 2014 e o primeiro trimestre de 2016 reduziu 1,7 milhão ocupações. Dessa situação decorre o endividamento das famílias, estimulado no ciclo expansivo com ações governamentais (crédito consignado). É preciso agregar, também, as denúncias de corrupção do “Mensalão” e, principalmente, da Lava-Jato; acrescido das ásperas condições de trabalho do jovem proletariado precarizado; a agenda homofóbica na Câmara dos Deputados; a crescente degradação do serviço público em virtude da crise nos governos estaduais (provinciais); o custo do transporte e da repressão policial selvagem nos atos de protesto contra o custo do transporte urbano, fatores que, em conjunto, contribuíram para a irrupção, na forma de movimentos multitudinários, das Jornadas de Junho de 2013, somados às 2.050 greves dos trabalhadores, denotando um forte ascenso das lutas, tendência que permaneceu nos anos seguintes.
 - a) As massivas manifestações a partir de 2013 evidenciaram o fim da hegemonia do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), corroída pelo *transformismo*, sobre os movimentos sociais, particularmente sobre a juventude precarizada e a mal conceituada “Nova Classe C”. A incrível fragilidade da reação do aparato liderado pelo PT e pela CUT, durante o relativamente longo período do *impeachment* e, mais recentemente, em 2016, nas eleições municipais, pavimentou a mudança de governo (e a sua consolidação) por ampla maioria na Câmara e no Senado, abrindo o caminho para uma agenda que envolve radical regressão social.
 - b) Diversas frações burguesas passaram a indagar sobre a utilidade de um governo gerenciado pelo PT. A difícil reeleição de Dilma Rousseff (51,6%) expôs sua fragilidade relativa. Após a posse, Dilma acenou para o bloco de poder nomeando um de seus quadros para o ministério da Fazenda, Joaquim Levy, um alto dirigente do Banco Bradesco. Quando este abandonou o governo, em dezembro de 2015, a tese do *impeachment*, então minoritária, ganhou novo auditório entre os setores dominantes. Somente a Federação Nacional dos Bancos não se pronunciou abertamente. A coesão da doutrina é dada pelo PSDB, organizados no *Think Tank* Casa das Garças, e pelo ex-presidente do Banco Central de Lula da Silva, Henrique Meirelles.
 4. Incrustrada de modo pontual nas Jornadas de 2013 e focando o tema da corrupção diretamente associado ao PT, a extrema-direita sequer logrou 1,2% dos votos em 2014. Mas rapidamente cresceu em influência entre os setores menos escolarizados, religiosos neopentecostais e naqueles grupos que conheceram melhoria das condições de vida (2005-2013) e viram seu poder de compra e empregos ruírem.
 - a. O auditório do discurso de direita ganhou grande amplitude. Associando fundamentalismo religioso e doutrinas que aprofundam politicamente o neoliberalismo

exacerbado, o individualismo possessivo, a homofobia, o racismo e o irracionalismo, iniciativas que contaram com o apoio financeiro e ideológico de fundações nacionais e estrangeiras de direita, urdidas por *think tanks* nacionais (Instituto Millenium, Instituto Liberdade, Estudantes pela Liberdade, Fórum pela Liberdade, entre outros) e estrangeiros (*Mont Pelèrin Society, Students for liberty, Friederich Naumann, Cato Institute, John Templeton Foundation, Heritage Foundation...*) de extrema-direita. Isso com fortes imbricações na sociedade política, ramificações no Executivo, no Legislativo e, de modo especialmente perigoso, no Judiciário, visto que setores deste poder atuam claramente como *partido*.

- b. Os setores dominantes tradicionais, representados pelos partidos da ordem, PSDB, PMDB, Democratas (DEM) etc., somente conseguiriam aprovar o *impeachment* com o apoio dessa nova direita (as bancadas da bíblia com 197 deputados e a da bala, das empreiteiras e do boi com orientação de direita, com mais de 250 deputados de um total de 513). Em contrapartida, a ultradireita exige a aprovação de seu projeto de educação Escola Sem Partido - recuo na laicidade do Estado e regressão na secularização, operando, por meio do moralismo, o medo de qualquer mudança social e mais amplamente, da história.

Resultaram desses eixos mudanças vertiginosas no País. Como salientado, a facilidade como o governo Dilma Rousseff foi destituído evidencia a perda de capacidade hegemônica do PT e da CUT, situação evidente nas Jornadas de Junho de 2013, nas eleições municipais de 2016, e nas lutas contra a PEC 241/16 (PEC 55/2016). A força relativa do “lulismo” – lastreada pela memória de que, afinal, em seus governos, ocorreram melhorias nas condições de vida de grande massa da população, em virtude do ciclo ascendente do PIB e do consumo de massa – está desvinculada, em grande parte, do PT e da CUT. Existe uma expressão material que fundamenta a perda de apoio do governo Dilma que não decorre apenas das corporações da mídia: uma severa crise econômica e social que já é mais longa do que a terrível crise de 1982.

O diagnóstico elaborado pela Casa das Garças para suposta saída da crise é simplório: a crise é fiscal. É preciso cortar fundo os gastos sociais para proteger o pagamento do serviço e do juros da dívida assumida pelo Estado e, não menos importante, em associação com a contrarreforma da previdência e a flexibilização da legislação trabalhista (sobrepondo o acordado sobre o legislado). Somente um governo não eleito, mas com forte apoio do Congresso poderia dar conta dessa tarefa: retirar os ganhos sociais da Constituição de 1988. De fato, com a PEC 55 o governo pretende colocar um fim na vinculação dos benefícios da seguridade ao valor do salário-mínimo, nas verbas constitucionalmente asseguradas para educação e saúde, gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, regime jurídico único para os servidores, aposentadorias do regime geral e dos regimes próprios da previdência, universalidade do Sistema Único de Saúde, preservação de áreas indígenas, função social da terra, tudo, enfim, que diz respeito aos direitos sociais. Tais medidas aprofundarão a condição capitalista dependente, notadamente a exploração e a expropriação dos trabalhadores, o saqueio dos recursos naturais, a simplificação das cadeias

produtivas.

De modo ardiloso, com a PEC 55/2016 a coalizão que alcançou o governo está efetivando uma reforma não consentida do Estado. Trata-se do congelamento das despesas primárias correntes (despesas públicas da União, reduzindo-a para 12% do PIB), ou seja, um congelamento do Estado Social para proteger o pagamento dos juros e serviços da dívida que, seguramente, seguirá em curva ascendente, e poderá ser redimensionado, a maior, com a assimilação das dívidas dos estados e das incertezas econômicas agravadas pelo efeito Trump.

O país ficará mais vulnerável frente à crise mundial. Diferente dos prognósticos difundidos pelos setores dominantes, a mudança de governo está acelerando as expressões da crise, como o desemprego, a perda de poder aquisitivo do trabalho e o desmonte de postos de trabalho mais complexos. Um Estado desprovido de ação protagônica no financiamento à ciência, à tecnologia, à cultura e capaz de promover políticas ativas na esfera econômica.

II

Educação no contexto da ofensiva neoconservadora

A volta ao padrão de exploração do trabalho vigente na ditadura empresarial-militar requer mudanças profundas na educação, não diferentemente, realizadas por medidas autoritárias. São tempos de incerteza e de indeterminação, tudo isso temperado por inédita ação de setores do judiciário como *partido*, incidindo, sobretudo, sobre a área da educação, ecoando vozes da Escola Sem Partido.

A esta agenda reacionária é preciso somar a dos reformadores empresariais balizada pela chamada Teoria do Capital Humano que restringe a educação, por conseguinte o homem, como fator de produtividade. Desde 2007, o movimento empresarial vem definindo as ações do governo Federal para a educação básica, como o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que dispõe toda educação brasileira; apesar das resistências. Os empresários difundem sua agenda e pedagogia principalmente por meio de coalizões como *Todos pela Educação* reunindo banqueiros, grandes empresários dos meios de comunicação e o chamado “Terceiro Setor” empresarial.

Considerando que a maior parte dos manifestantes das Jornadas de Junho de 2013 era de jovens e diante das inúmeras ocupações empreendidas pelos secundaristas, não surpreende que a primeira grande medida do novo governo tenha incidido sobre o Ensino Médio.

Reforma do ensino médio

A contrarreforma do ensino médio imposto pela MP 746/16, hoje convertida em Lei 13.415/2017, objetiva calibrar a formação na educação básica às necessidades de força de trabalho no país. É parte do movimento de volta ao Estado pré-1988. A avaliação dos setores dominantes é de que o grosso da força de trabalho irá desempenhar trabalho simples; por isso, o empobrecimento da formação

pretendida, algo muito semelhante à formação do nível médio preconizada pela Lei 5.692/1971 vigente na ditadura empresarial-militar. Como parte desse processo de ajuste da formação às demandas do capital, a contrarreforma objetiva incidir, também, sobre a socialização ideológica da juventude, daí a tentativa de extinguir a formação em artes, sociologia, filosofia, expressões corporais. É a negação da imaginação inventiva, utilizando uma expressão cara a Florestan Fernandes.

Em artigo para o *Le Monde Diplomatique*, Leher (2016) colocou em relevo a similaridade entre a atual reforma do Ensino Médio e o projeto educacional da ditadura empresarial-militar. O foco da Lei 5.692/1971 foi reduzir a pressão por matrículas nas universidades públicas e formar “recursos humanos” para o trabalho simples e para colocar o exército industrial de reserva apto para pressionar os salários para baixo. Isso seria feito por meio da profissionalização precoce. No Brasil, a inclusão do Ensino Médio na Educação Básica somente se deu com a Lei 12.796/2013 que estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da escolarização de 4 a 17 anos.

A formação da juventude da classe trabalhadora pretendida pela reforma obstaculiza a secularização e a laicidade da vida social, manipulando os jovens com valores conservadores que pretendem “difundir o medo diante das incertezas e da complexidade do século XXI (...) Por isso, a escola referenciada na ciência, na arte, na cultura, portanto, na reflexão histórico-crítica, não pode ser tolerada.” (LEHER, 2016, p.7).

Leher (2016) destaca o caráter antidemocrático da implementação, por meio do instrumento de Medida Provisória, pois

A MP 746/16 não foi editada para resolver uma dada situação emergencial, como é próprio da “medida provisória”. Seu teor é indissociável do objetivo maior da PEC 55/16. Como assinalado, a PEC 55 tem como objetivo empreender uma profunda reforma do Estado. A MP modifica a principal lei que estrutura a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/1996). (LEHER, 2016, p.6-7)

A primeira vista a MP estabelece um objetivo que poderia ser considerado positivo: a ampliação da carga horária do Ensino Médio. A alteração do Art. 24, estabelece a ampliação “progressiva” da carga horária mínima anual do Ensino Médio de 800 para 1.400 horas, entretanto, não indica como será custeada, não considera questões como a não universalização da educação básica e dos estudantes que frequentam o período noturno (LEHER, 2016, p. 6-7).

As redefinições do currículo denotam os reais objetivos da MP: privar os filhos dos trabalhadores “de uma dimensão crucial da formação humana sem a qual a imaginação e a sensibilidade estética, histórica, e o fazer criativo tornam-se rudimentares” (LEHER, p. 6-7). Após o currículo comum que tende a reforçar o caráter minimalista, os sistemas estaduais, federal e privado terão de estabelecer itinerários educacionais que institucionalizam o dualismo educacional, aprofundando ainda mais as desigualdades entre as redes. Trata-se da profissionalização precoce e simples da juventude, principalmente dos filhos da classe trabalhadora que são em grande parte estudantes das redes públicas: em 2014, do total de 49.771.371 matrículas na educação básica, 40.680.590, isto é, 81,7%, eram da rede pública (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, no prelo).

Destaca Leher (2016) que a formação profissional pretendida tem muita semelhança com o modelo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) voltado para a Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Profissional de Trabalhadores (160h a 400h), podendo, a critério do sistema de ensino, “incluir a experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação” (p.7), por meio de parcerias. Apresenta semelhança também com a proposta de Formação Inicial Continuada (FIC) do Sistema S, que já usufrui de recursos públicos significativos dentro do PRONATEC.⁴ Retrocede, por conseguinte, na conquista da formação integrada com o ensino propedêutico.

Em conformidade com as políticas que expropriam os professores do conhecimento científico, esportivo, artístico e cultural, a reforma altera o Art. 61 da LDB (sobre os profissionais da educação), acrescentando, como profissionais, aqueles que possuem “notório saber reconhecido pelos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”. Encaminha “a maior desprofissionalização do magistério dos últimos 50 anos” (LEHER, 2016, p.7) e, ainda, “modifica o Art. 62: a formação docente terá por referência a Base Nacional Curricular Comum esvaziada dos conhecimentos científicos” (Ibidem; Idem) e encerra o ciclo da contrarreforma ao estabelecer que “as universidades devem adotar o modelo da MP” (Ibidem; Idem).

O ambiente de falta de diálogo e a regressiva reforma do Estado instou estudantes, professores, universidades, escolas, entidades científicas, sindicatos, movimentos sociais a se posicionarem contra a MP. A partir da edição da referida medida, centenas de escolas públicas foram ocupadas por estudantes.

Ocupar o espaço escolar ou da universidade é o movimento de “tomar para si” e, nesse caso, reivindicar legitimamente o espaço coletivamente, objetivando assegurar que o mesmo possa ser o lócus das atividades previstas no ordenamento constitucional e nos projetos sócio-históricos. É lutar para que as escolas não sejam descaracterizadas como lugar de ensino minimalista para a classe trabalhadora. É emocionante encontrar nos atos e gestos da juventude amor à ciência, à cultura, ao diálogo e, ainda, disposição militante de fazer do ato educativo um ato vivo, participativo, em que os estudantes não são coisa inerte, mas a verdadeira pulsação da escola!

Repercussões para a Educação Superior

Com a PEC 55/16, já aprovada, as universidades públicas e o sistema de C&T serão profundamente afetados. Não há lugar para a pesquisa científica e tecnológica no padrão de acumulação pretendido pelo bloco no poder. Também em outros países da região estão em curso contrarreformas semelhantes que se materializam em coalizões que buscam saídas para a crise por meio de alinhamentos estratégicos que desvalorizam a integração latino-americana, em benefício do Eixo Trans-Pacífico sob hegemonia estadunidense e chinesa, e de acordos bilaterais realizados a partir de imperativos do capital.

Por isso, a Conferência Regional da Educação Superior da América Latina de 2018 se dará em um contexto muito distinto da Conferência de Cartagena, em 2008, quando diversos governos considerados progressistas estavam no poder. E a III Conferência Mundial de Educação Superior, em

2019, da UNESCO-Banco Mundial será muito áspera, considerando as mudanças políticas mundiais: Brexit, Trump etc.

A possibilidade de abandono de políticas industriais que protejam o ‘conteúdo nacional’ de parte das cadeias produtivas – como vem sendo apregoado pelo núcleo dirigente da política econômica – é uma ameaça real à indução da pesquisa tecnológica e da Pesquisa e Desenvolvimento (Inovação). Se inexistisse uma empresa pública como a Petrobras, a Coordenação dos Programas de Engenharia Luiz Alberto Coimbra - COPPE da UFRJ não seria o que é, e tampouco teria sido decisiva na criação da tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas que podem chegar a 8 mil metros.

Somente uma mente colonizada pode sustentar que o fortalecimento da pesquisa tecnológica e da Inovação são possíveis em um ambiente econômico de abertura econômica desprovida de ‘porteiro’. A existência de um projeto autopropelido de Nação é imprescindível para um forte desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo contendo dimensões universais e dimensões nacionais, regionais e particularizadas.

Em países dirigidos por forças políticas e econômicas afeitas ao neoliberalismo, a dependência tecnológica pode ser completa. A aplicação de leis de propriedade intelectual favoráveis às corporações inibe a Pesquisa e Desenvolvimento e os incentivos públicos podem se restringir a grupos econômicos estrangeiros que simplificam as cadeias produtivas nacionais. Mesmo a agricultura, um campo em que a pesquisa na América Latina é muito pujante, pode perder vitalidade com o pacote fechado dos transgênicos (protegidos por duras regras de propriedade intelectual) e com a implementação das Sementes *Terminator*. Infelizmente, o Brasil poderá ser o primeiro país no mundo a legislar em favor do cultivo comercial de plantas propositalmente estéreis.

As mudanças políticas em curso podem significar, também, o abandono de medidas que possibilitaram a expansão relativa da educação superior pública. Se antes os governos “progres” apostaram na expansão simultânea dos setores públicos e privados-mercantis, as políticas de austeridade, a rigor, de contrarreforma do Estado, conduzidas por essas novas coalizões, podem estancar o financiamento das universidades públicas em favor do repasse de recursos para as privadas. No Brasil, a referida mudança constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, significará uma queda anual nos gastos sociais equivalente a 0,8% do PIB por ano. Em 6 anos, isso equivaleria a toda verba para a educação brasileira, atualmente em torno de 5% do PIB.

A mercantilização da educação avançou fora do AGCS. A internacionalização das corporações está se dando por meio da ação de fundos de investimentos, *private equity*, e da expansão de corporações que realizaram aquisições e *joint ventures*. Os reclamos que levaram a inclusão da educação superior na agenda do ACGS foram parcialmente resolvidos com a ampliação da política de isenções tributárias para as corporações (ProUni) e, principalmente, pelo crescimento exponencial de financiamento público aos estudantes e corporações privadas (FIES, gasto público subiu de U\$ 300 milhões em 2010 para U\$ 5 bilhões em 2015). No Brasil, uma única associação de fundos de investimentos, agrupando os grupos Kroton, Anhanguera e Estácio possuirá 1,5 milhão de estudantes, 400 mil a mais que todas as 63 universidades federais juntas.

Os setores democráticos terão de se mobilizar para impedir a aprovação do Espaço de Educação Superior na América Latina e Caribe (ENLACES) coordenado pela IESALC-UNESCO, em sua versão atual, visto que o mesmo insere, no referido espaço, as instituições privadas, atualmente majoritárias na América Latina e, no caso brasileiro, sob controle do capital financeiro-rentista, possibilitando uma área de livre comércio para a educação superior da América Latina, por meio de reconhecimento de diplomas, créditos acadêmicos referenciados no “Proyecto Tunning” de competências (mundiais).

A agenda do movimento de Córdoba, que cumprirá 100 anos em 2018, é uma inspiração importante para pensar um forte programa com ações que permitam fazer frente aos desafios colocados pela mercantilização da educação superior. Proposições como gestão compartilhada, gratuidade, acesso universal, autonomia universitária, compromisso com processos de formação ampliada dos estudantes e forte compromisso com os problemas nacionais, convertendo a universidade em um dos pilares democráticos da nação, são extraordinários hoje em dia. Importante também celebrar o compromisso dos estudantes com o futuro da universidade não só em nível nacional, mas em toda a América Latina.

Os problemas e desafios para a Conferência de 2018 têm novos contornos, distintos de Cartagena. O bloco no poder no Brasil (e outros países) pode ser mais hostil a uma agenda democrática e pública na Conferência. Existe o risco de o governo brasileiro não dar importância para a Conferência, esvaziá-la, em defesa da OMC. Por outro lado, coalizões como a Asociación de Las Universidades del Grupo de Montevideo - AUGM (e a rede Estrado, Red SEPA, os estudantes, sindicatos de trabalhadores da educação) desempenham um papel político chave para a agenda em defesa da educação pública. A agenda deve defender pressupostos dos fundos públicos para as instituições públicas, a autonomia, o princípio da indivisibilidade do ensino, pesquisa e extensão, e o comprometimento com os problemas dos povos. O fortalecimento da UNASUR e de projetos autopropelidos de Nação comprometidos com o bom viver podem ser o nervo central da Conferência de 2018.

Perspectivas

O cenário mais provável em 2017 e 2018 não é o de estabilidade. Os indicadores econômicos vinculados ao mundo do trabalho e sociais pioraram de modo rápido e destrutivo. O governo perdeu seu núcleo político, em virtude das denúncias de corrupção. Outros grupos, provavelmente do PSDB, buscam antecipar sua chegada ao poder em 2018 e as delações do grupo Odebrecht irão agravar isso.

Mas os setores dominantes entendem que esse governo deve ser sustentado para levar adiante o desmonte da dimensão social da Constituição. A tríade PEC 55, contrarreforma da previdência e flexibilização da legislação trabalhista gerará crises imprevisíveis, em particular em virtude do enigma da reorganização da classe trabalhadora. Se as lutas ganharem densidade, a saída será positiva, caso contrário, o cenário será tenebroso.

O ascenso das greves desde 2011, dos movimentos de rua e dos estudantes universitários e secundaristas indica que poderá se confirmar um ciclo ascendente de lutas. A crise é pesada demais para

os que vivem do próprio trabalho e são explorados, e para o futuro dos jovens. O desmonte da imagem rósea do País, projetada para o pós-*impeachment*, ocorre de modo muito forte. Isso exigirá debates substantivos dos setores democráticos junto aos trabalhadores e estudantes. Não basta dizer não! Será preciso indicar outras possibilidades – e como efetivá-las – para forjar um outro porvir para os povos.

O contexto político-econômico adverso aos trabalhadores, acrescido de golpes nos direitos sociais, como a (contra)reforma da previdência e trabalhista, exigirá maior coerção por parte dos setores dominantes, incidindo, também, na educação popular. Este movimento criou no Brasil, desde os anos cinquenta, uma herança cultural e histórica que encontra-se enraizada nos movimentos sociais antissistêmicos e no pensamento educacional crítico nas escolas e universidades.

A política é essencial para uma visão da educação que tem bases na emancipação dos setores dominados. Vemos isso muito claramente em Paulo Freire, Florestan Fernandes, Antônio Gramsci e Demerval Saviani. O ataque contra o posicionamento político na educação é realmente dirigido contra o caráter emancipador, laico, secular, crítico e reflexivo da educação.

As proposições do Escola Sem Partido nos remetem para uma nova Idade Média onde a liberdade da ciência, da cultura e do conhecimento estão ameaçadas. Se na Idade Média o discurso da Inquisição foi usado para combater todas as formas de “heresia” e para defender os privilégios das grandes propriedades e latifúndios, hoje vivemos uma história similar. A incapacidade de diálogo, de base teórica e empírica, dos ideólogos conservadores faz de toda forma de pensamento independente e capaz de problematizar as ideologias dominantes uma “heresia”.

Necessariamente, em meio a tormenta político-cultural do Brasil, cabe a nós construir as condições para que a independência de pensamento, a cultura e a concepção política sejam não somente garantidas, mas consideradas como base ética de uma educação que ponha a democracia plural como base da sua ação e construa instrumentos para ir além desta renovada idade média.

Certamente, novas configurações da crise acontecerão. Mas uma saída positiva para essa crise, crise de longa duração, dependerá do protagonismo dos que vivem do próprio trabalho e são explorados.

Bibliografia

- ALMEIDA, Mansueto. *O complicado debate sobre desindustrialização*. Brasília: IPEA; Radar IPEA, N. 21, 2012.
- LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo. Social movements and critical pedagogy in Brazil: From the origins of popular education to the proposal of a Permanent Forum. *Journal for Critical Education Policy Studies*, v. 13, p. 145-162, 2015.
- LEHER, Roberto. Educación pública, movimientos Sociales y recuperación de la educación popular en la Brasil. *Intercambio*, N. 7. Montevideo, Uruguai. Abril, 2015 (p. 14-16).
- LEHER, Roberto. Uma etapa crucial da contrarreforma. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. 3 de novembro de 2016 (p.6-7). Disponível: <http://diplomatie.org.br/uma-etapa-crucial-da-contrarreforma/>. Acesso: 18 de fevereiro de 2017.
- MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. O por quê da urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016. *Revista Educação & Sociedade*, 2017 (no prelo).

Notas:

¹ Professor Titular de políticas públicas em educação da Faculdade de Educação da UFRJ, pesquisador do CNPq, bolsista Cientista de Nosso Estado da FAPERJ, colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes e Reitor da UFRJ. Email: leher.roberto@gmail.com

² Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Educação. Email: paolovittoria10@gmail.com

³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do CNPq. Email: vaniacmotta@gmail.com

⁴ “Em levantamento realizado em julho de 2015 constatamos que a União transferiu recursos para o Programa, em 2014, no montante de R\$2.648.668.385,35, sendo que R\$2.581.208.152,00 foram destinados ao Sistema S. Até junho de 2015, em meio aos cortes na Educação, tinham sido transferidos para o PRONATEC R\$ 551.413.899,65, e deste montante R\$518.393.229,20 foram destinados ao Sistema S.⁴ Além da quase totalidade dos recursos públicos voltados para o “ensino técnico e ao emprego” (parte da sigla do Programa) tenha sido destinada ao setor privado, os cursos ofertados foram focados na FIC, isto é, em cursos de curta duração e voltados para o trabalho simples ofertados pelo Sistema S”. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, no prelo).

Recebido em: 25/03/2017

Publicado em: 30/04/2017